

Tradução Livre: Centro de Psicossíntese de São Paulo.

Texto extraído dos cursos ministrados aos domingos por Dr. Roberto Assagioli no Istituto di Psicossintesi, Florença, 1967. Lição 01.1967

A VONTADE – DO PROPÓSITO À ATUAÇÃO

Por Dr. Roberto Assagioli

Antes de começar a falar da vontade, darei uma notícia muito significativa publicada no jornal “A Nação” que chega a provocar vergonha! Trata-se de uma correspondência do enviado do jornal na Indonésia. Este correspondente foi entrevistar dois professores da Universidade da Indonésia e escandalizou-se porque diante destas várias galinhas se coçavam (o que não acontece aqui!). Porém encontrou algo interessante: os professores lhe perguntaram o queria saber, e então ele pergunta como funcionava a Universidade. Um dos professores lhe disse que um indonesiano, depois de ter frequentado os seis anos do ensino fundamental, e outros seis do ensino médio (high-school americano), entra na Universidade. No primeiro ano um estudante geralmente deve passar por exames de psicologia geral, psicologia experimental, infantil, social e pedagogia; no segundo ano, exames de antropologia, filosofia, biologia etc.

É um programa um pouco diferente em comparação aos das nossas Universidades nas quais a psicologia em muitas faculdades nem mesmo existe. Ali compreenderam que a ciência fundamental é a psicologia: é a ciência do homem, que lhes dá formas de conhecer a si mesmo e formas de agir sobre si e sobre outros seres humanos.

O professor indonesiano prossegue: “Nós professores e os estudantes de psicologia, do primeiro ao último ano, ao contrário do que acontece em outras Universidades do mundo, não vivemos separados uns dos outros. Fazemos “psicologia aplicada”. Fazemos uma psicologia viva; na convivência entre estudantes e professores surgem muitas situações psicológicas que proporcionam matéria para aprendizagem. Os professores disseram que na psicologia esperavam grandes tarefas para a formação do país, e que do ponto de vista cultural, consideravam-se seguidores da fenomenologia existencial. (Aqui é necessária uma explicação: eles não entendem o existencialismo negativo e “desesperado”, que é o mais conhecido, mas “a atitude existencial”, isto é a partir dos dados imediatos da experiência, da existência vivida intencionalmente). Não acredito que sejam necessários comentários; esperemos que em décadas se faça também por nós algo parecido (sou um otimista).

Hoje começarei a falar da Vontade: do propósito à atuação. Esta e as aulas seguintes constituirão um tratado sobre este tema de um ponto de vista diferente em relação às três aulas dadas em 1963. De um lado as aulas deste ano terão um cenário mais sistemático, mas (tranquilizem-se!) de outro elas terão como objetivo prático o uso da vontade. Consistirão no exame dos seis estágios ou fases da vontade ou mais precisamente do ato volitivo completo, que vai do propósito à atuação.

Estes estágios são:

1. O propósito, a meta, baseados na avaliação e motivação
2. A deliberação
3. A escolha e decisão
4. A afirmação, comando, o faça-se da vontade
5. O planejamento e programação
6. A direção da execução: uma vez que a função específica da vontade é dirigir e não, como comumente se acredita, executar.

O que caracteriza a ação voluntária e a distingue das outras é em primeiro lugar a clara visão de um objetivo, de uma meta a alcançar, de um propósito a executar. Esta é uma característica necessária, mas não suficiente: na verdade, até a visão do objetivo permanece pura imagem, ou contemplação dele, não é ainda vontade: é necessário que o objetivo seja avaliado, apreciado, e que, portanto, suscite motivos, isto é um impulso a realizá-lo. A palavra “motivo” indica algo ativo, dinâmico, e os motivos são suscitados pela valorização, isto é a avaliação dos objetivos, da meta a ser alcançada.

Mas também isto não basta: de fato existem muitos objetivos possíveis e não podemos por certo realizá-los todos; e nem todos ao mesmo tempo. Por isso é necessária uma escolha e ao fazê-la é preciso levar em conta nossas possibilidades; ou seja, dar-se conta se um dado objetivo é viável para nós. Isto entra no segundo estágio, a deliberação, na qual se leva em consideração os vários possíveis objetivos e a sua viabilidade.

À deliberação devem seguir a escolha e a conseqüente decisão: isto é escolher um dado objetivo e decidir alcançá-lo, descartando e deixando de lado os outros mesmo que possíveis e até mesmo apreciáveis.

A decisão e a escolha devem ser validadas pela afirmação. Através da afirmação colocam-se em ação, promovem-se as energias dinâmicas e criativas que acabarão por produzir a atuação.

Mas antes é necessário o estudo de uma cuidadosa programação ou planejamento, ou seja, a consideração e a escolha dos vários meios e das várias fases da atuação, no tempo, segundo as circunstâncias, as condições, as possibilidades existentes.

Vem então a direção da execução, que é uma tarefa específica da vontade. A sua função não é, como geralmente se acredita, a de realizar diretamente a execução. A vontade pode e deve servir-se de outras funções e energias existentes na personalidade psíquica e física: pensamento, imaginação, sentimentos, impulsos, órgãos físicos de ação.

Usando a analogia da representação teatral, da qual falei em uma aula anterior, a vontade é o diretor que dirige os atores, não é um dos atores. A atuação é realizada pela ação coordenada das funções e energias acima mencionadas e inclui a utilização e aplicação daquilo que foi decidido e projetado. Também estas devem ser reguladas e dirigidas pela vontade, que mantém a clara visão do propósito, da meta que foi proposta. É uma função importante, aliás necessária uma vez que ao agir nas várias fases sucessivas de uma atividade um pouco complexa, pode acontecer facilmente que se perca de vista o objetivo. A atenção dada aos meios é tal, que eles tendem a tornar-se objetivos em si mesmos, por isso a vontade deve estar sempre e vigilante e pronta para intervir.

Após dar este olhar do conjunto, panorâmico, dos estágios da vontade, examinaremos cada um deles; mas antes é necessário descobri-la em nós, ou seja, ter uma clara tomada de consciência dela. Isto ocorre por sua vez em três estágios.

O primeiro (não se surpreendam) é reconhecer que a vontade existe; na verdade muitos – e entre eles também muitos psicólogos modernos – não a conhecem; aliás, alguns negam sua existência. É necessário, portanto, o reconhecimento da realidade e da natureza da vontade, que foram afirmadas e demonstradas pelas várias filosofias e doutrinas sobre a vontade.

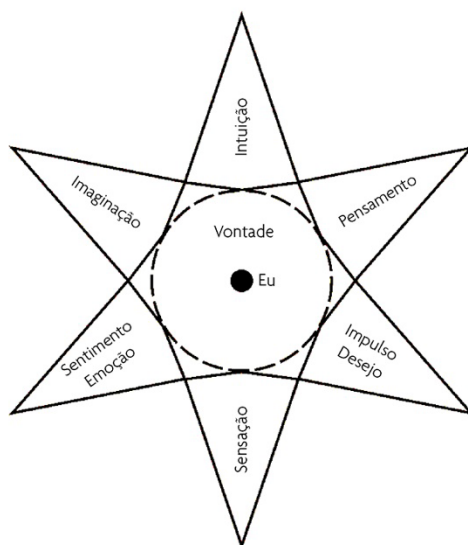
O segundo estágio é o da descoberta de ter vontade. Pode-se chegar diretamente, por experiência interna, como um dado imediato da consciência; muitos não têm uma mente filosófica, chegam na verdade assim, aliás, mais facilmente pelos outros, e é para todos uma forma mais convincente. Tal descoberta direta pode ser espontânea, ou favorecida ou até provocada, mediante um exercício especial; o que foi descrito nas primeiras três aulas de 1963.

O terceiro estágio da descoberta, que a torna mais completa e eficaz, é o de ser uma vontade, que é diferente de ter uma vontade. Também a esta descoberta pode-se chegar pelas mesmas duas vias: a direta, que consiste na continuação, no aprofundamento da anterior, e a indireta, racional, baseada em argumentos adotados por concepções voluntárias. Ela implica na descoberta de si como sujeito consciente, distinto de cada conteúdo ou determinação. É a revelação da verdadeira autoconsciência, do “Eu sou”.

A autoconsciência tem dois aspectos, duas características inseparáveis: o cognitivo, se poderia dizer contemplativo e o dinâmico. Isto pode ser expresso de vários

modos, por exemplo: “Sou ser e querer” – ou: “Enquanto sou, posso querer”. Assim é a vontade, aliás, em um certo sentido identidade, entre o Eu e a vontade, entre ser e querer, ela é afirmada a partir de suas concepções. Elas foram expostas claramente pelo Prof. Calò, em seu ótimo artigo sobre vontade publicado na Enciclopédia Treccani. Limitar-me-ei a uma citação: “A atividade voluntária está em estreita conexão com a consciência do Eu como centro unitário e ativo, associada a todos os elementos da vida psíquica. O Eu, inicialmente obscura subjetividade, ponto de referência único de toda experiência psíquica, que ao afirma-se pouco a pouco consegue distinguir-se como fonte de atividade de cada elemento seu, sentimentos, tendências, instintos, ideias. A vontade, é exatamente o conjunto das atividades do Eu como unidade sobreposta à multiplicidade dos seus conteúdos, que substituem a ação de início impulsiva, parcial, que emana destes conteúdos. O EU e a vontade são termos correlatos. O EU enquanto capacidade de ação, que é querer”

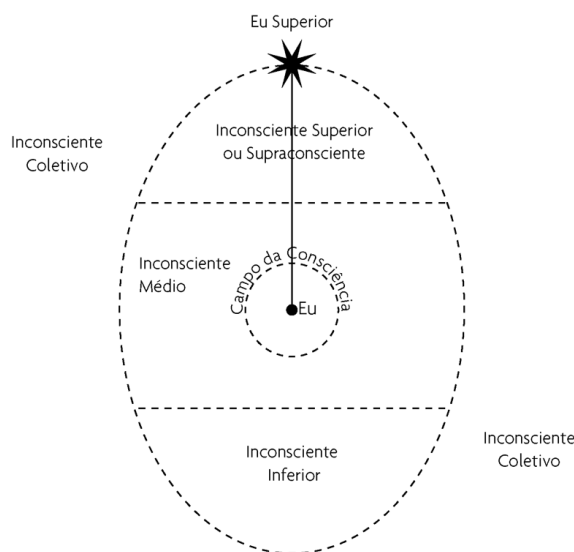
Isto está de pleno acordo com o que dissemos e fizemos com o exercício de desidentificação, e também demonstrado no seguinte diagrama das funções psicológicas:



O diagrama pede um comentário. Como se sabe, Jung distinguiu quatro funções psíquicas: sensação, emoção, pensamento e intuição, mas um exame objetivo da vida psíquica em nós e nos outros mostra que existem outras funções que não podem ser identificadas como aquelas: são a imaginação, o impulso, o desejo e a vontade. Representei a vontade no centro, em contato direto com o eu consciente, para mostrar que ela está aderente, íntima ao EU, e que através dela o EU pode receber das outras funções psíquicas impressões e informações e por sua vez agir sobre elas, influenciá-las, dirigi-las.

O diagrama é simplista, como todos os diagramas, mas considero que possa ajudar a reconhecer a posição central da vontade. É preciso, entretanto, partir da experiência central, fundamentalmente da autoconsciência da descoberta do Eu. Na realidade ela está implícita na nossa consciência humana, é isto que a distingue da dos animais, que são conscientes, mas não autoconscientes. Porém também em nós esta autoconsciência é justamente “implícita”, “nebulosa”, “impura”, ou seja, mista e velada pelas contínuas identificações do EU com os conteúdos da consciência. Por isso para torná-la explícita, clara, vívida, é necessário desidentificar-se dos inúmeros conteúdos, e para isto aponta justamente o exercício de desidentificação que fizemos aqui, que convidei e convido a fazer.

Em seguida há um próximo passo a ser dado, mais uma descoberta: a das relações entre o eu consciente e o Eu espiritual e o reconhecimento da sua identidade essencial, uma vez que o eu consciente é somente um reflexo, uma projeção do Eu espiritual no campo da consciência. Isto está representado no diagrama da constituição psíquica humana.



O Eu consciente está indicado com um ponto no centro da área de consciência, enquanto o Eu espiritual está representado por uma estrela no topo. Não me detenho sobre isto porque por ora basta, e já é muito, a tomada de consciência do Eu e da vontade.

Depois desta necessária premissa e clarificação podemos iniciar o exame dos vários estágios do ato da vontade.

Falarei do primeiro:

O propósito, a avaliação, as motivações.

Neste estágio reuni estes três diferentes “momentos” ou aspectos, uma vez que estão de tal forma conectados entre si, que não considerei oportuno fazer três estágios distintos. Na verdade, um propósito é a vontade de estabelecer uma meta, um objetivo; mas um objetivo não se constitui como tal se não for apreciado e avaliado, por sua vez um motivo não se caracteriza se não “mover”, se não empurrar até um objetivo.

Porém nem sempre eles seguem a ordem indicada; por vezes se apresenta originalmente à consciência uma causa, um impulso até uma meta, um ideal, não ainda bem claros e definidos, ou se desperta na consciência um sentido de um valor, por exemplo, um valor moral, social, estético, religioso, que somente depois suscita o propósito bem definido a ser atingido. Outras vezes ao contrário, se tem por primeira visão, o flash intuitivo, a revelação que define uma meta, uma tarefa; em seguida é atribuído um valor e isto que suscita os motivos até sua atuação. Portanto as relações dinâmicas entre estes aspectos: propósito e objetivo, avaliação, motivo, podem ser muito diferentes.

Outro modo para indicar as relações acima citadas é o seguinte: os motivos são baseados em avaliações, e as avaliações são baseadas no significado atribuído à vida; mas este significado por sua vez depende do objetivo, do propósito da própria vida e da realização deste propósito. Então é importante, aliás necessário, ter uma concepção positiva do significado e do propósito da vida. Sobretudo reconhecer que a vida tem um propósito, que tem um significado, e que este significado é positivo, construtivo, bom.

Observe que tudo isto pode surgir de dentro, do nosso ser, espontaneamente ou acontece (aliás, mais frequentemente) por obra de estímulos externos, como exemplos de vida, ou então leituras, imagens, ideias dos outros. Mas eles tornam-se eficazes somente se são acolhidos por nós, “introjetados”; por isso esta origem diversa não muda a natureza do ato volitivo, que, como tal, pede uma adesão consciente do Eu.

Até este ponto as coisas são, ou parecem bastante simples. Mas quando se vai examinar as motivações, as coisas se complicam. A psicanálise tem, não digo descoberto, mas enfatizado muito o fato que existem motivações inconscientes; que muitas vezes nós agimos acreditando fazê-lo por um dado motivo consciente, mas na realidade somos movidos também e sobretudo, por impulsos dos quais não estamos conscientes. Eles são de natureza inferior, superam a “censura” do Eu mediante um processo inconsciente chamado por Freud de “racionalização”. Mas já antes da psicanálise ele era conhecido como a tendência geral dos homens a encontrar justificativas para nós mesmos e para os outros. Tal tendência poderia ser comparada a um advogado interno que defende a causa dos impulsos mais intensos que operam no inconsciente.

A este respeito houve uma daquelas reações, ou oscilações extremas, que são frequentes na vida e nas doutrinas. A psicologia clássica se dava conta somente das motivações conscientes; depois, por reação, a psicanálise e o behaviorismo, isto é a psicologia do comportamento, deram-se conta somente, ou quase, das motivações, dos impulsos inconscientes, determinados, chegando assim praticamente à negação da vontade.

Pode-se dizer que, como em muitos outros casos, a verdade está no meio: existem motivações conscientes e motivações inconscientes, aliás se poderia dizer que quase sempre há uma somatória de umas e de outras em proporções muito variáveis. É necessário, portanto, uma análise precisa; uma autoanálise, ou análise por parte do médico ou do educador conforme o caso.

Não posso demorar-me nesta ocasião sobre técnicas desta análise que expus no livro “Para harmonia da Vida – A Psicossíntese”. Assinalarei somente um erro que se comete muito frequentemente e, dada a sua grande importância pelas consequências que pode acarretar. Permito-me repetir o disse na segunda aula do curso sobre Vontade de 1963 com referência à técnica do “agir como se” se tivesse um estado de animo, enquanto existe em nós o contrário. Alguns ficam indignados pelo uso deste método considerando-o uma hipocrisia. Segundo eles, se estou irritado, se tenho algum ressentimento por uma pessoa e a trato de modo benevolente e sorridente, isto é fingimento. Mas na realidade não o é dada a multiplicidade psíquica existente em cada um de nós. Seria hipocrisia e fingimento se o fizesse para enganar os outros com propósitos egoístas; mas aqui se trata de reconhecer a própria complexidade, a coexistência de impulsos e tendências contrastantes. Em nós surge um impulso de hostilidade, de ressentimento, mas se nós (ou seja, o nosso eu consciente) não o aprovamos, não nos identificamos a nossa verdadeira vontade é ser benevolentes apesar da parte impulsiva que queria dar socos ou tapas naquela pessoa.

Ao entrar em contato, por assim dizer, estas energias opostas, tendem a neutralizar-se mutuamente e deveremos propor-nos intensificar o “potencial” das energias benevolentes, de compreensão etc., de modo que não somente neutralizem as opostas, mas tornem-se um “avanço ativo”. Aqui, porém é necessário fazer uma observação, a citada na lição sobre Modelo Ideal. Se as tendências hostis são muito intensas, o método agora citado não basta ou pode provocar reações não desejáveis. Nestes casos é preciso usar antes os métodos da “descarga” inócua (catarse), da transmutação e da sublimação.

Por isso o modo benéfico é a mais alta sinceridade, uma vez que corresponde ao que queremos ser completamente e que somos já em parte. Tal reconhecimento elimina o que pode ser chamado “o equívoco da sinceridade”. Muitos comportam-se de modo descortês, agressivo, impulsivo e se desculpam dizendo “sou sincero”. Mas esta é a sinceridade do homem das cavernas: ele matava os inimigos e batia em sua mulher com

“sinceridade”. Por isso no método de “agir como se” teríamos os sentimentos desejados, sem fingimento, sem hipocrisia, mas com sinceridade espiritual. É um meio eficaz para nos tornarmos cada vez mais como queremos ser, mesmo quando ainda não o sejamos.

Quanto aos motivos inconscientes, recordarei que Pakard adverte que até sobre aqueles suscitados de certas formas pela publicidade no seu livro “I Persuasori Invisibili”. Aconselho a leitura; poderá ajudar a não se deixar induzir e sugestionar para fazer despesas inúteis!

Em relação às motivações, é oportuno distinguir entre “motivação” e “motivo”; uma motivação é constituída, produzida por um impulso, por uma pulsão, aqueles que em inglês se chamam “drives” e “urges” podem ser conscientes ou inconscientes. A motivação pode ser considerada genericamente como uma tendência espontânea, “aquilo que move” ou que tende a mover-se, ao contrário, o motivo para ser verdadeiro, deve ser consciente, ter um aspecto cognitivo, mental; isso requer uma clara visão do objetivo, em seguida sua valorização, o reconhecimento do seu valor.

Há além disso uma distinção fundamental e necessária entre as motivações e os motivos egoístas de um lado e os não egoístas do outro, isto é, os altruístas, éticos, espirituais. As motivações e, portanto, a vontade do Eu, são egoístas quando o Eu acredita ou se considera separado dos outros e se propõe e persegue fins puramente individuais. Mas esta posição egoísta, ou egocêntrica, antes de constituir uma deficiência em sentido moral, é uma ilusão fundamental, por um erro direi, científico. De fato, o indivíduo isolado não existe: o Eu, o queira ou não é tecido acima de tudo em uma densa rede de relações interpessoais e sociais; além disso é parte integrante da vida universal, com a qual tem relações muito maiores do que aquelas das quais geralmente se dá conta, conforme dados científicos recém confirmados. Basta recordar a demonstração das influências cósmicas dada pelo Prof. Piccardi.

Mas a prova psicológica mais evidente está no fato da afetividade. Ela existe em cada ser humano normal e muitas vezes é aliás preponderante. O ser humano de um lado tem necessidade de amar, de dar afeto, por isso cada vontade puramente egoísta, enquanto não se dá conta deste elemento vital da natureza humana, é realmente “inumana”.

O mesmo se pode dizer pela posição existencialista extrema que acentua a solidão do ser humano, o seu insuperável isolamento. Este é um estado de animo, uma experiência temporária que muitos podem ter, mas o isolamento e a incomunicabilidade são relativos e temporários. As que existem infelizmente são as estruturas defensivas que muitos indivíduos criam, por medo de perder o próprio “querido eu”, ou por excessiva autodefesa contra as pressões conformistas e especiais.

Mas estas reações de defesa em certo sentido confirmam a existência da relação entre o próprio Eu e os outros. Se o Eu fosse independente dos outros, não se sentiria

nem mesmo só. O erro dos existencialistas é considerar este estado subjetivo e temporário como uma realidade psicológica permanente e como algo não modificável. É bom ter claro isto, dada a expansão da literatura existencialista insuficiente, que é bem distinta da concepção psicológica existencialista. O uso da mesma palavra tende a confundir as duas concepções; é bom se dar conta e ter presente sua diferença.

Sobre a vontade egoísta ou não egoísta, é oportuno responder a uma objeção que foi mais vezes colocada; isto é que também a vontade altruísta é no fundo egoísta, enquanto causa prazer, satisfações a quem a usa. Não é difícil refutar este sofisma: ao ampliar assim indefinidamente o significado do egoísmo, ele perde todo sentido preciso; isto é o prazer que se tem em obter satisfações para nós mesmos, e o que se tem ao dar satisfação aos outros, por isso é uma questão artificial, somente de palavras. Este sofisma do egoísmo está também parcialmente baseado na velha concepção, para o qual o dever, o fazer o bem, eram sentidos como imposição, uma obrigação externa, tendo, portanto, um caráter doloroso.

Fazer isto apresenta grandes vantagens: a primeira é evitar a condenação e a repressão no inconsciente daquelas tendências, ou um deprimente senso de culpa, com as consequências prejudiciais que se originam, colocadas em evidência, de modo também exagerado, por muitos psicanalistas.

Poder-se-ia dizer que uma das tarefas mais importantes da vontade é mobilizar uma tendência contra outra, segundo a oportunidade e os objetivos a conseguir, por ex., mobilizar a ambição ou a sede de ganho contra a preguiça, ou inversamente a tendência do viver tranquilo contra o ativismo excessivo etc. Esta é uma das artes mais belas e eficazes da ação volitiva: não fazer ataques frontais, mas “manobrar” habilmente.

A constatação da existência de elementos inferiores não deve nos surpreender nem nos deprimir, assim somos todos! Cada um tem um pequeno mundo, um microcosmo, no qual existem todos os reinos da natureza: o mineral no osso etc.; a vida vegetativa; os instintos animais; o homem primitivo; o ser humano atual. Somos a soma de toda evolução do passado, do mineral em diante. Mas a evolução não para no “homo sapiens”, que muitas vezes é muito pouco “sapiens”. A definição do homem como um “animal racional”, foi corrigida pela máxima: “o homem é um animal algumas vezes racional”.

Mas a evolução, repito, continua e nossa tarefa é favorecer este grande impulso evolutivo, sem negar os estágios anteriores. Esta evolução psicoespiritual futura, aliás, já em ação sobre bases biopsíquicas, foi muito bem prospectada por Taillard de Chardin em “L’Avenir de l’Homme”.

A segunda vantagem é utilizar de modo individual e socialmente produtivo energias potentes que diferentemente podem explicar-se de modos nocivos e destrutivos. Este procedimento é análogo a construção das águas impetuosas de uma torrente em um canal indo para uma central elétrica.

A terceira vantagem é que ao empregar para propósitos superiores àquelas tendências, energias, elas podem ser transmutadas e sublimadas. Este processo de transmutação das energias psíquicas tem uma grande importância e utilidade e mereceria ser muito mais conhecido e praticado, uma vez que constitui o modo mais eficaz e construtivo para resolver os dois maiores problemas diante aos quais se encontra atualmente a humanidade.

Voltando ao recolhimento, ao convergir dos motivos no produzir as decisões e as atividades que dele decorrem, pode-se observar frequentemente que no desenvolver das atividades socialmente úteis, muitas vezes, além do motivo humanitário, existem outros motivos, como a ambição, a vaidade, o desejo do reconhecimento e da valorização dos outros, a autoafirmação etc. A este propósito devemos reconhecer que não se deveria nunca julgar “bom” ou “mau”, superior ou inferior, em sentido absoluto. Tudo é relativo à pessoa, a sua evolução, às condições ambientais e a muitos outros elementos, para dizer de forma simplista: o que pode ser “bom” para um é “mau” para o outro. Portanto, convém seguir a máxima Evangélica “não julgueis” e também lembrar o verso de Campanella: “Em Deus veremos quem melhor fez e disse”. Perde-se tanto tempo e tanta energia em julgar os outros que muitas vezes não se avança para examinar a nós mesmos, no propósito de nos conduzir bem.

A isto poderia ser objetado que todo ato volitivo pede uma avaliação, uma valorização, isto é um “juízo”, e dois modos diferentes de usá-la. Quando se fala de juízo, entende-se geralmente o juízo moral: um louvor, uma aprovação, ou mais (frequentemente) uma culpa, uma condenação, que dão um sentido de superioridade a quem os pronuncia.

Ao contrário, os julgamentos que são necessários – tanto no primeiro estágio do ato volitivo, quanto (como veremos) no segundo, da deliberação – são avaliações objetivas, racionais, feitas com base em elementos múltiplos diversos. A palavra mais exata neste caso seria a “discriminação”.

Voltando ao exame dos motivos, devemos reconhecer que os “inferiores” constituem uma imperfeição ética subjetiva, mas não constituem um obstáculo objetivo, aliás podem favorecer o desenvolvimento de atividades artísticas. Elas, além da inspiração superior, do impulso criativo espontâneo, podem ser estimuladas e intensificadas pela urgência de necessidades práticas; recordarei dois exemplos demonstrativos: o de Balzac e de Dostoievsky. Ambos foram atormentados pela necessidade econômica: Dostoievsky porque era dominado pela paixão do jogo; Balzac

por dívidas que contraia pelo tipo de vida luxuosa e pelo modo antieconômico de refazer mais vezes os rascunhos de impressão. (Se em seu tempo houvesse a máquina de escrever, não teria feito tantas dívidas). Se bem que o tormento fez sim que eles tivessem escrito um número maior de romances. Que isto não tenha influído sobre a qualidade das suas criações é evidente no caso de Balzac, uma vez que uma das maiores causas das suas despesas foi o escrúpulo artístico que o induzia a refazer e desenvolver mais vezes a mesma obra.

Um exemplo contrário, que constitui uma confirmação que se poderia chamar negativa, é o de Rossini. Quando se tornou celebre e rico, cortejado e admirado em Paris, não teve mais incentivos adequados para vencer sua natural preguiça e volúpia; por isso para de compor obras de relevo. Se fosse mais ambicioso, ou mais desejoso de ganho, teríamos mais de sua obra prima. (tudo isto poderia ser invocado como justificativa pelos prêmios literários, ou criticáveis por outras razões!).

Pode-se dizer, portanto, que não somente é oportuno utilizar os motivos menos elevados, mas que pode ser legal criar de propósito, isto é suscitar incentivos pessoais para intensificar a eficácia dos superiores, para potencializar o ato volitivo. Estes incentivos são inócuos: por ex., o assumir compromissos externos; fixar as datas para a realização de uma determinada ação; o prometer algum prêmio a nós mesmos (o método da cenoura!).

Em certo sentido, o uso destes meios poderia ser considerado um ato de humildade, uma vez que implica no reconhecimento da existência em nós dos motivos inferiores ou simplesmente pessoais. Sem dúvida é necessário que prevaleçam os motivos superiores, de modo que sejam estes a determinar e dirigir a ação. Falei de “clara prevalência”, mas se poderia até dizer que uma pequena prevalência seria suficiente. Quando numa sociedade por ações um grupo possui 51% isso lhe dá o comando, determina as decisões da empresa; do mesmo modo, na ação voluntária basta que haja uma prevalência segura dos motivos superiores a fim de que os motivos inferiores igualmente fortes, não tenham voz no capítulo das decisões e das ações quer sejam igualmente inócuos, ou até úteis, como os acionistas minoritários que investiram um capital.

Por outro lado, é bom se dar conta que tudo isto pode apresentar inconvenientes e perigos; é necessário que a vontade seja muito vigilante a fim de que os motivos inferiores não “assumam o comando” ou não induzam a ilusões, a compromissos, a desvios do propósito inicial, do objetivo pré-fixado. Por outro lado, tudo isto resguarda a obtenção dos objetivos externos; quando ao contrario o fim proposto é o desenvolvimento e a elevação interna, a psicossíntese espiritual, então ocorre uma deliberada e mais elevada sublimação.